

Mínimo de Lula não reduziu desigualdade

Os aumentos reais de 9% e 13% concedidos pelo governo federal para o salário mínimo nos anos de 2005 e 2006, respectivamente, não provocaram redução significativa nos indicadores de pobreza e desigualdade social. Esta é uma das constatações da pesquisa "Redistribuição à Brasileira: Ingredientes Trabalhistas", divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"Quando observamos os reajustes do salário mínimo dos últimos dois anos sobre a renda do trabalho ficamos um pouco decepcionados. Esta é uma questão importante de ser ressaltada porque, nos últimos dez anos, o salário mínimo apresentou sempre um impacto forte de redução da pobreza e da desigualdade. Este impacto, aparentemente, foi perdido nestes últimos anos", diz o economista Marcelo Néri, coordenador do Centro de Políticas Sociais da FGV.

Segundo ele, a esperança do efeito do mínimo sobre a pobreza e a desigualdade reside hoje muito mais nos seus efeitos sobre a Previdência Social, através do pagamento dos benefícios previdenciários, do que sobre a renda dos trabalhadores.

/td>